

Novos olhares reúne uma série de artigos produzidos por pesquisas desenvolvidas dentro de um programa de dotações para pesquisa sobre Mulher, organizado pela Fundação Carlos Chagas, com o apoio da Fundação Ford. As organizadoras esclarecem que esse programa tem a peculiaridade de privilegiar o interesse e a qualidade do projeto, sem exigir do pesquisador formação específica ou inserção institucional, o que engendra uma diversidade de abordagens sobre o tema.

Da leitura dessa coletânea fica mesmo a impressão de que há uma busca de material empírico de formas mais livres, quase como se delineando um enriquecimento da malha metodológica introduzida principalmente pela antropologia nas ciências sociais. A análise qualitativa e das representações se apresenta na grande maioria dos textos como matéria prima, mesmo nas pesquisas conduzidas por educadoras, filósofas ou historiadoras. Em termos de conteúdo e dos eixos específicos de cada trabalho parece haver uma busca de ampliação do tema. Embora o recorte empírico possa dar a impressão de estreitamento, quando se trata de uma delimitação espaço-temporal específica, há uma tendência de usar o material empírico não tanto para confirmar hipóteses já conhecidas e muito carregadas ideológi-

Novos olhares, velhas questões...

Resenha de Cristina Bruschini e Bila Sorj (orgs),
Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil, São Paulo, Marco Zero/ Fundação Carlos Chagas, 1994, 285 p.

camente, embora alguns trabalhos tragam essa marca, mas de um modo geral parece haver um inter-jogo mais interrogativo entre as hipóteses teóricas e o material de campo.

O mundo do trabalho e da família tem sido tradicionalmente os universos mais estudados em termos da constituição social do gênero no Brasil. Os primeiros dois textos da coletânea referem-se ao mundo do trabalho. Andréa Brandão Puppim estuda a representação das mulheres em cargos de comando e confirma algo já conhecido que é a sub-representação das mulheres nesses cargos; mas através do estudo de caso de uma empresa multinacional, a autora vai revelando os meandros discursivos que reproduzem e naturalizam essa distribuição. O texto de Liliã Rolfsen Petrilli Segnini é sobre a feminização do trabalho bancário que nos fornece subsídios sobre as transformações recentes que vem acontecendo no mercado de trabalho e o impacto ocupacional em termos de gênero.

Tania Fontolan estuda a participação feminina no tribunal do Júri em Americana.

Esse estudo é interessante na medida em que trata de questões referentes a uma esfera em que a imparcialidade e a representatividade, critérios estabelecidos para a participação no júri são cotejados com as visões que homens e mulheres tem sobre a participação feminina nessas instâncias. O uso da emoção é apontado como um traço predominantemente feminino, ora visto como perturbador da capacidade de julgamento, ora visto como enriquecedor dessa mesma capacidade.

A fronteira entre o universo doméstico e o universo educacional é muito tênue. Esse tema é abordado sob diferentes ângulos por quatro artigos da publicação. Maria Helena Bueno Trigo pesquisa os códigos de sociabilidade e relações de gênero nos primeiros tempos da Universidade de São Paulo, na década de 1930. A autora aponta para um movimento expressivo na constituição de uma nova subjetividade feminina no período, apesar da condição subalterna que as mulheres ocupam entre os pioneiros na USP. Maria Candida Delgado Reis estuda as imagens do magistério em São Paulo de 1895 a 1920 e nos mostra o contraste existente entre a imagem edificante das professoras na literatura e na imprensa e as imagens apresentadas nos processos administrativos, onde a vida pública e privada das professoras são expostas em detalhes. Marília Pinto de Carvalho

e Cláudia Pereira Vianna partem do suposto que escola e família são duas instituições que concorrem na esfera da educação. Observaram duas escolas públicas de 1o. grau e a articulação com o Movimento Pró-Educação, fundado em 1988 em São Paulo, principalmente por mães de alunos. O texto mostra as articulações e confusões existentes entre as esferas domésticas e escolares, entre maternagem e trabalho assalariado de educadoras, e como esses campos estão fortemente marcados pelas relações de gênero da sociedade mais ampla. Finalmente, Guacira Lopes Louro e Dagmar Meyer, através da coleta de história oral de alunas e professoras, reproduzem um pouco do clima existente na Escola Técnica Feminina de Porto Alegre, na década de 1940. A pesquisa enfatiza também a fraqueza da linha demarcatória entre a escola e a casa e situa a Escola Técnica dentro do movimento de escolarização do doméstico.

"Porta Adentro — Criados de Servir em São Paulo de 1890 a 1930", de Maria Izilda Santos de Matos nos remete um pouco para a cena cotidiana da cidade de São Paulo nesse período. Segundo suas próprias palavras seu estudo ... "focaliza, sobre o palco urbano das cidades de São Paulo e Santos, no período entre

1880 e 1930, o trabalho dos então chamados “criados de servir”, procurando refletir sobre a singularidade do cotidiano no domicílio de criados e patrões, recuperar a organização do trabalho doméstico, bem como resgatar as práticas e modos de vida, a partir das relações sociais, étnicas e particularmente as de gênero. Pretende-se, assim, penetrar na organização do tempo e espaço do universo “porta adentro”, na trama do público, do privado e do íntimo, onde ao contrário das transformações urbanas mais explícitas, as alterações viabilizam-se de formas veladas.” (p.193) Fica claro pelo texto, o fôssco existente entre a formalização do fim do trabalho escravo e a força do hábitus cultural que perpetua práticas de submissão e regime de trabalho.

O último grupamento de artigos se debruça sobre o tema da sexualidade. O trabalho de Danielle Ardaillon “O aborto no judiciário: uma lei que justiça a vítima”, ao pesquisar os arquivos jurídicos — uma fonte por si só muito trabalhosa de ser pesquisada, bem como as argumentações contidas nos processos, demonstra com clareza como as representações formais refletem nossa prática cultural em relação à questão do aborto profundamente marcada pela hipocrisia, pelo discurso ambivalente e principalmente pela prática da esquiva em relação a uma verdadeira discussão do que é essencial nesse debate. O texto de Suzana Bornéo Funck nos remete para um universo pouco conhecido que é “A sexualidade nas utopias feministas dos anos 70 na

literatura norte-americana.” A autora situa o gênero do romance utópico na literatura anglo americana como um estilo propício a veicular uma crítica social ao propor situações fantásticas e utópicas, em geral opostas ao status quo. Segundo a autora essas utopias “deslocam a atenção do corpo político, enquanto instituição do Estado, para o corpo físico do indivíduo, enquanto determinante de relações assimétricas de poder. Seu maior objeto de crítica é a estrutura patriarcal; seu principal objetivo, a redistribuição e reconceitualização de poder entre os sexos. A política das instituições dá lugar à política sexual.” (pg.268) Essa pesquisa na literatura estimula uma reflexão que pode se estender para a esfera social mais ampla, onde a luta por mudanças institucionais e mais estruturais da sociedade, tema presente nas utopias de um passado recente, vem sendo substituída por lutas profundamente marcadas pelo individualismo.

Finalmente, o trabalho de Renata Udler Cromberg, “A cena incestuosa: o problema da vitimização”, como tema e como metodologia é o que nos fala mais de perto. Trata-se de um belo exemplo de pesquisa em psicanálise. O artigo aqui publicado é uma síntese de um projeto amplo de acompanhamento de casos de violência sexual a mulheres e meninas atendidas em instituições públicas. O material de campo utilizado são as supervisões desses casos. Nesse artigo, Renata nos apresenta os parâmetros metodológicos, (que já foram objeto de artigo publicado na *Percurso* Nº 12, 1994), as hipóteses de trabalho e um diagrama conclusivo. A autora enfatiza a peculiaridade do

processo de apreensão do objeto de pesquisa em psicanálise. Trata-se de um objeto fugidio e que vai se construindo enquanto objeto de pesquisa a partir do material clínico e da interação das subjetividades. Uma contribuição importante para esse tema é o artigo de Antonio Muniz Resende, “A questão da verdade num vértice psicanalítico”, (IDE Nº 27-dezembro 1995) onde o autor situa método e objeto da psicanálise em comparação com outras áreas do saber, avançando a questão de uma epistemologia da psicanálise.

A autora configura violência sexual como uma ... “situação complexa, desencadeada por um ato sexual, não necessariamente um coito, onde uma pessoa estranha ou familiar, utiliza-se do corpo de uma outra pessoa ou ameaça fazê-lo, sem seu consentimento consciente” (pg.253). Os casos acompanhados referem-se à meninas e mulheres que sofreram violência sexual praticada por homens, pais, padrastos, companheiros da mãe que moram na mesma casa. “Por isso falo em violência sexual incestuosa, pois o incesto fica caracterizado por serem relações sexuais entre pai e filha ou algum homem que simbolicamente ocupa para a menina/mulher o lugar de pai, ainda que seja apenas como parceiro sexual da mãe e ainda que seu próprio pai esteja vivo, presente ou não em sua vida.” (pg. 254)

Neste artigo, a autora enuncia três pressupostos que orientam o trabalho. O primeiro, e a meu ver o central, refere-se à idéia de que ... “o sofrimento psíquico da violentada era causado por um trauma que se devia não só ao ato sexual violento mas ao embriamento complexo do ato sexual violento com as fantasias sexuais inconscientes”

(pg.254). A autora nos mostra a partir dos relatos, como fica difícil perceber o que exatamente funciona como traumático e chama a atenção para algo que, na minha opinião é uma contribuição desse trabalho, que é o risco de ao escutarmos o sofrimento dessas pessoas deslizarmos para questões morais e éticas, enfiando essa escuta ao considerar a agredida apenas como vítima. Renata propõe: “Na ajuda a esse sofrimento psíquico, devemos nos despir da toga moral, ainda que mantendo sempre no horizonte a função simbolizante e humanizante do tabu contra o incesto e, ao invés de agressor e sua vítima, falar em relação violenta entre o agressor e a agredida num contexto psíquico de inúmeras e complexas variáveis” (pg.256). Essa formulação visa instrumentar um certo entendimento e uma interferência em situações que causam a princípio perplexidade, como por exemplo: “1. Moça violentada pelo pai não só tem um filho como, após a impossibilidade de conseguir ajuda nos planos jurídico e familiar, após fugir do pai e após inúmeras situações de sofrimento físico e psíquico, engravida novamente dele e recusa-se a abortar, dizendo ficar feliz quando engravida e que ama seu pai; 2. A adolescente sofre violência sexual do pai dos 14 aos 18 anos, com requintes enormes de crueldade e não conta a ninguém sentindo-se a única filha a quem o pai dava especial atenção” (pg.256), e outros exemplos. Além de

uma recomendação geral, me parece que essa formulação condensa todas as tensões envolvidas na manutenção do vértice analítico num contexto constantemente invadido por esferas externas ao contato clínico. Renata afirma que a cena incestuosa não se dá num cenário inócuo e me parece que o atendimento também não. As esferas jurídicas, médicas, morais, familiares e obviamente as esferas contra-transferenciais estão sempre presentes, cabendo ao profissional a prática de uma disciplina que permita o resguardo não defensivo permanente desse espaço de atendimento.

O segundo pressuposto é o seguinte: "o ato sexual violento, especialmente o ato incestuoso, produziria uma fragilização das defesas narcísicas. Ao haver uma internalização do desejo incestuoso e do ato sexual — este vindo num primeiro momento de fora e "sofrido" passivamente —, haveria um segundo momento, sofrido também passivamente em que o ataque é interno e deixa fora de combate as defesas narcísicas que protegeriam da invasão o mundo pulsional" (pg.260). Acredito que só temos acesso no atendimento a esse segundo momento, que é um momento mais simbólico e que demanda uma elaboração para que não permaneça emparedado e nem excluído do mundo emocional e de fantasia. Parece-me que o material empírico sobre o qual se apóia esse pressuposto e que está exposto no artigo, é pouco para ilustrar essa hipótese. A partir do relato de um caso, a autora destaca algo que é denominado por sexualidade desligada como correspondendo ao primeiro momento, necessária segundo o texto, para evitar uma intensa culpabilidade diante do desejo incestuoso. A pergunta que fica é, se diante

dessas premissas seria possível uma sexualidade desligada ou seja, sem simbolização, quando a hipótese central que norteia o trabalho propõe exatamente o oposto, de que o ato violento se dá num contexto de múltiplas determinações fantasiosas. Fica aqui formulada uma dúvida e uma proposta de diálogo com as idéias do texto.

Finalmente, o terceiro pressuposto do estudo refere-se à questão da identidade confusa. A história de Maria ilustra esse ponto de forma enfática. Maria é abandonada pela mãe muito pequena, é criada por uma outra mulher, vai viver com o pai aos 12 anos, aos 16 é estuprada, tem um filho que passa a viver com os dois. Maria não sabe se é filha ou mulher do pai, nem se é mãe ou irmã do filho. A interpretação do analista pontua essa confusão de identidades após ouvir o relato da história. Renata ressalta a importância dessa intervenção, que na sua opinião permite que Maria permaneça em atendimento ao remete-la para uma busca essencial em relação a si mesma, além do que o analista ao formular essa interpretação sai do efeito de fascinação da história. Esse é um aspecto importante que incide não só sobre a dificuldade do analista permanecer no seu lugar de escuta, como também sobre a possibilidade de transformar a demanda de atendimento, que em geral é feita por outras instâncias sociais, numa demanda pessoal e subjetivada de ajuda. Como diz a autora, mais para o final do artigo: "Parece-me importante que o ato sexual incestuoso seja incluído como parte da realidade psi-

quica global da paciente, não exercendo um efeito de fascinação que obstruiria a escuta de outro tipo de sofrimento psíquico que às vezes ele eclipsa" (pg. 266).

Recentemente, a Revista Veja dedicou uma matéria de capa ao tema do abuso sexual de crianças no Brasil e que tinha como sub-título: "pais, psicólogos e juízes começam a encarar um problema que sempre foi mantido na sombra" (Veja, janeiro de 1996). Dados da Coordenadoria das Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo, veiculados em matéria da Folha de São Paulo de 30 de setembro de 1995, dizem que o perfil das vítimas de estupro está entre 8 e 20 anos, em 85% dos casos registrados e que são atacadas em casa. As informações dizem ainda, que em 90% dos casos os estupradores são pais, amigos, parentes, vizinhos e namorados das vítimas. Sabe-se que à medida em que a sociedade cria instâncias que acolhem as queixas e tem condições de orientar algum tipo de encaminhamento para essas questões, tão antigas como a espécie humana, passa-se a criar um corpo de conhecimento quantitativo e qualitativo muito importante para respaldar práticas de atendimento e intervenção sobre essas situações.

Freud ao iniciar seu trabalho com as histéricas formula a hipótese do trauma causado na infância pelo abuso sexual. Na famosa carta a Fliess, Freud retira a idéia do trauma do campo da concretude do ato para a dimensão simbólica do desejo. É um passo fundador na psicanálise, mas como ela também nos ensina, para certos funcionamentos mentais nem sempre a simbolização é alcançada e nos defrontamos com a violência do ato. Nessa área, Ferenczi tem mais a nos ensinar. A pesquisa empreendida por Renata e seus supervisionados nos fornece um vislumbre de como é possível tirar da sombra um campo de sofrimento tão presente na nossa cultura, no cotidiano das instituições policiais e de saúde mental. Penso que lançar novos olhares sobre velhas questões, no caso dessa pesquisa, tem o mérito de romper o campo estrito da prática privada dos consultórios de psicanálise sem perder a referência paradigmática da teoria psicanalítica. Recomendo aos leitores que se aventurarem pelo texto e à Renata que publique o conjunto da pesquisa, da qual ela nos dá aqui, uma boa amostra.

Regina Weinfeld Reiss é socióloga e psicanalista formada pelo Curso de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, atualmente no Instituto de Psicanálise da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.